



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO
PROJETO DE TRABALHO DE CURSO II

QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL E SOBERANIA NACIONAL

ORIENTANDO - RICARDO DIAS BAPTISTA FILHO
ORIENTADOR - JOSÉ EDUARDO BARBIERI

GOIÂNIA-GO
2023

RICARDO DIAS BAPTISTA FILHO

QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL E SOBERANIA NACIONAL

Monografia Jurídica apresentada à disciplina Trabalho de Curso II, do Departamento Ciências Jurídicas, Curso de Direito, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGOIÁS).
Prof Orientador: JOSÉ EDUARDO BARBIERI

GOIÂNIA-GO

2023

RICARDO DIAS BAPTISTA FILHO

QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL E SOBERANIA NACIONAL

Data da Defesa: 19 de Maio de 2023

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. José Eduardo Barbieri

Nota 10

Examinadora Convidada: Prof^a. Gabriela Pugliesi

Nota 10

SUMÁRIO

RESUMO	05
INTRODUÇÃO	06
1 BRASIL, MEIO-AMBIENTE E COBIÇA INTERNACIONAL	09
1.1 AS ORIGENS DA PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL	09
1.2 A QUESTÕES GEOPOLÍTICAS E ECONÔMICAS	12
2. OS MECANISMOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DO ACORDO DE PARIS	18
2.1 BREVES APONTAMENTOS SOBRE O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO.....	18
2.2 QUESTÃO AMBIENTAL NO MUNDO E O GARGALO BRASILEIRO	21
3. UMA NAÇÃO DESAMPARADA	24
3.1 A FRAGILIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO.....	24
3.2 A AMAZÔNIA	27
CONCLUSÃO	32
REFERÊNCIAS	35

RESUMO

Não é mania de grandeza o Brasil afirmar soberania plena sobre seu território, a tanto tempo tão cobiçado, invejado e assediado por várias frentes. É preciso explicar o motivo de tamanha cobiça e de tamanha preocupação do mundo com a Amazônia, onde a legislação brasileira determina que 80% da área da propriedade deve ser intocada. É preciso explicar que o Brasil protege o meio-ambiente, com uma legislação rigorosa que antecede a sua própria independência, herdando dos portugueses e da Igreja Católica uma legislação ambiental rígida, que protege o meio-ambiente, mas que não deve se contrapor às urgências atuais no que tange ao desenvolvimento.

Palavras-chave: Brasil, meio-ambiente, Amazônia, soberania, potencialidades

INTRODUÇÃO

Antes de entrar na discussão ambiental, em razão da conjuntura atual, é preciso lembrar que a República Federativa do Brasil atua no sentido da soberania nacional, da não-intervenção e da autodeterminação dos povos.

Além disso, o artigo 225 da Constituição também trata o meio-ambiente como bem de uso comum do povo, sendo essencial para uma boa qualidade de vida, devendo ser protegido e preservado. Não está proibindo o usufruto dos recursos naturais, só que defende o uso equilibrado. Não se deve criminalizar as atividades produtivas.

A legislação ambiental no Brasil é muito antiga. Ela precede a própria independência do país, herdando dos portugueses e da Igreja Católica uma legislação ambiental rigorosa, que foi se ampliando acompanhando o desenvolvimento do país (WAINER, 1991).

O Brasil é um país de essência agrária, com a agricultura e a pecuária sendo elementos formadores da nacionalidade brasileira (2005), de lá saíram as manifestações culturais, musicais, culinárias, enfim. Antes das grandes metrópoles havia as vilas e das vilas saíram bravos desbravadores fundadores da pátria.

O Brasil se desenvolveu com a construção de cidades à beira de rios, facilitando o escoamento e o recebimento dos produtos. Também havia a preocupação com a madeira (BONIFÁCIO, 2000), porque ela era um instrumento geopolítico, tal como hoje são o petróleo e a soja.

Não tem como separar a questão ambiental das questões geopolíticas e comerciais, um país precisa proteger e preservar os seus recursos naturais, observando também a cobiça internacional, um país não tem apenas o inimigo interno.

Os brasileiros padecem de um azar muito grave de em pleno século XXI estar discutindo os limites de sua soberania, tratando até hoje de questões como mercado nacional, regulação do sistema financeiro, tributação da remessa de lucros, direitos trabalhistas...

São questões centrais que um país precisa pensar. Agora, recentemente, o governo do país africano, Chade, decretou a nacionalização da petroleira estadunidense Exxon Mobil, porque ela se negou a vender seus ativos ao governo.

Em resumo, isso significa que uma empresa estrangeira explorava recursos fora de seu país, mandando as divisas para seu país e é importante ressaltar o histórico da petroleira (2022), tendo espalhado 42 milhões de litros de petróleo no Alasca (EUA), em 1989.

Não se vê pressão de nenhuma agência internacional em cima desta petroleira, nenhuma ONG, nenhum europeu ou estadunidense se manifestou quando foi autorizada a exploração do petróleo no litoral brasileiro por ela. É claro que não é problema extrair o petróleo, o problema é que riscos de danos ambientais parecem existir só quando envolve a Petrobras...

Em 2018, a ExxonMobil e a Shell levaram as maiores áreas do pré-sal brasileiro. Isso em um contexto de estagnação das refinarias brasileiras, sendo os combustíveis derivados do petróleo todos importados e quando chegavam, ainda passavam por um tabelamento mal explicado chamado de Preço de Paridade de Importação.

O Instituto Arapyaú apresentou ao atual governo brasileiro sugestões para ampliar combater o garimpo ilegal e o desmatamento na Amazônia, entre os colaboradores, está a Shell. A Shell que no passado era denunciada por comprar terras que poderia ter petróleo, para segurar a exploração pelo Brasil (LOBATO, 1972)

O discurso ambiental é absolutamente importante, só que é preciso questionar o motivo da Shell, concorrente da Petrobras, estar tão preocupada com a Amazônia, já se viu a Petrobras financiando campanhas ambientais pelo mundo?

Por quê as ONGs se concentram na Amazônia? Por que elas não estão no agreste nordestino? Por que não se pode fazer uma ferrovia que liga apenas dois estados, enquanto a China já se liga a Milão? O que o rei da Noruega fazia acampado na Amazônia sem conhecimento das autoridades brasileiras?

Por quê os Estados Unidos e a Europa destruíram praticamente todas suas vegetações nativas e agora financiam entidades, que desestabilizam governos em razão da defesa ambiental? Até onde isso vai? Que autoridade moral essas nações possuem ao quererem determinar os rumos e os destinos do Brasil? Por que os

Estados Unidos mentiram sobre o Iraque estar produzindo armas químicas (PERKINS, 2005)?

São questões que devem ser levadas em conta ao se tratar da questão ambiental no Brasil, que agora não se pode nem extrair madeira para consertar uma cerca, se for área de reserva ambiental, porquê onde for área de reserva, não se pode extrair um milímetro.

Para fazer uma rodovia é preciso de licenciamento ambiental. Se precisar fazer recapeamento, vai ser preciso obter outro licenciamento, como se fosse uma nova obra. Para fazer uma ferrovia que interliga estados, precisa de licenciamento dos estados, dos municípios, da União, se atentar às portarias, resoluções do CONAMA, Decretos, enfim...

O Brasil tem uma legislação ambiental muito rigorosa, mantendo intactas 66.3% da vegetação nativa, só no bioma da Amazônia 277,3 milhões de hectares são preservados, podendo os proprietários utilizarem apenas 20% da propriedade. O Brasil preserva.

É importante um estudo sobre o passado brasileiro, remontando às ordenações manuelinas e afonsinas para mostrar que desde lá a questão ambiental já era discutida, ainda que a visão não tenha se dado simplesmente pela preservação do meio-ambiente, mas também do território, com a demarcação das então sesmarias, nos períodos de tratados como de Tordesilhas, de Ayacucho, etc.

O Brasil protege o meio-ambiente, mas campanha difamatórias a todo custo querem o colocar como vilão da proteção ambiental, como se fosse um país incapaz de gerir seu próprio território. Se há erros, que sejam corrigidos pelo país. A soberania do Brasil não deve ser posta em debate.

É certo que esperar das relações internacionais puro humanitarismo é ingenuidade, principalmente quando se trata do país com a maior fronteira agrícola do planeta, com a maior reserva de água doce do planeta, com a maior biodiversidade do mundo, com a maior floresta tropical do mundo. É preciso observar porque o Brasil é tão discutido.

O Brasil sempre foi um país cercado e assediado, em razão das suas potencialidades naturais, o que ocasionou em muitas tentativas de dominação de

parte de seu território, com a soberania brasileira sobre, principalmente a Amazônia, sendo várias vezes posta em cheque, mobilizando os patriotas brasileiros.

1. BRASIL, MEIO-AMBIENTE E COBIÇA INTERNACIONAL

1.1 AS ORIGENS DA PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL

“Eu El-rei. Faço saber aos que este Meu Regimento virem, que sendo informado das muitas desordens que lia no certão do páo brasil, e na conservação delle, de que se tem seguido haver hoje muita falta, e ir-se buscar muitas legoas pelo certão dentro, cada vez será o damno mayor se se não atalhar, e der nisso a Ordem conveniente, e necessaria, como em cousa de tanta importância para a Minha Real Fazenda, tomando informações de pessoas de experiência das partes do Brasil, e comunicando-as com as do Meu Conselho, Mandeí fazer este Regimento, que Hei por bem, e Mando se guarde daqui em diante inviolavelmente.” (O Regimento do Pau Brasil – 1605)

“O nome de nossa pátria é, em si, ecológico.” (WAINER, 1991)

A legislação ambiental no Brasil antecede a própria independência do país, de 1822.

A preocupação brasileira com a preservação e com a conservação do meio-ambiente é herdada dos portugueses e da Igreja Católica (1991), defendendo a ideia do Brasil crescer protegendo o natureza. Para a análise da questão ambiental brasileira, é preciso resgatar os valores mais profundos e duradouros da construção desta gloriosa nação.

As ordenações portuguesas previam a punição para poluidores de rios, por caça de determinados animais, corte de árvores com fruto, havendo, inclusive, o juiz das matas, de modo que também se previam penalidades para aquele que retirasse a madeira sem licença concedida pela corte. A proteção ambiental era questão de Estado.

Euclides da Cunha em seu livro “Os Sertões” (2005) narra a preocupação da realeza com a ocupação e preservação das florestas. José Bonifácio idealizou o

conceito de reserva legal, quando propôs que um 1/6 das sesmarias fossem destinados a conservação dos bosques e matos.

Existia a preocupação no sentido econômico, geopolítico, mas também com a preservação. Além de visarem resguardar a madeira para a construção naval, civil e para o consumo de energia, também se preocupavam com a segurança alimentar da colônia e dos animais, prevendo punições para aqueles que não conservassem os “Tapinhaens” e “Paróbas”.

Isso era condição para a concessão das sesmarias, fora o longo caminho que se passava para conseguir, tendo que ter autorização do Provedor-Mor, da Camara do Continente, com parecer do Procurador da Coroa, para depois publica-las. Em seguida, o vice-rei do Estado, o governador e o Capitão General, davam prosseguimento, formalizavam.

As ordenações proibiam a caça de perdizes, lebres e coelhos com redes, fios, bois ou outros meios que pudessem causar dor e sofrimento na morte destes animais. Inclusive, salienta-se que havia uma previsão legal de proteção às abelhas, vedando a comercialização das colmeias por aqueles que não tivessem preservado a vida delas, tão importantes para a preservação das matas nativas.

Com o tempo, as atividades se diversificaram, indo além da extração do pau-brasil, dos engenhos de cana-de-açúcar, enfim. À medida que adentravam no sertão brasileiro, se descobriam mais riquezas, começando a atividade de mineração. A coroa tributou bastante em cima, tendo o monopólio da exploração dos diamantes de 1771 até 1817.

Logo ocorreu a expansão da fronteira agrícola brasileira, quando desbravadores adentraram no Brasil Profundo e lá abriram roças, para se sustentarem, começando a constituir família, surgindo os vaqueiros e os sertanejos, brasileiros que se recolheram no interior, formados, inclusive, por índios, como os tapuias, fugindo de outra tribo. Lá, encontraram “uma paz estável com o invasor, exigindo dele um esforço continuado, ao longo da década, para dominar cada região”, como descreve Darcy Ribeiro em seu livro “O povo brasileiro” (RIBEIRO, 1995)

Viviam da criação de gado e das plantações à beira de rios. Atravessaram a mocidade numa intercadência de catástrofes. Fizeram-se moços, sem terem sido crianças, parafraseando Euclides da Cunha, em seu livro “Os sertões” (DA CUNHA,

2005). A agricultura, a pecuária, a preservação do meio-ambiente fazem parte da nossa identidade nacional.

Tudo isso foi herdado pelos brasileiros, construindo na consciência da história a necessidade do respeito à integridade e aos ritmos da natureza, equilibrando as urgentes atividades econômicas com a salvaguarda das florestas e matos, protegendo os direitos das gerações futuras.

O Brasil possui a legislação ambiental mais rigorosa do mundo, sendo abarcado pela Lei de Política Nacional do Meio-Ambiente - Lei nº 6.938/81 -, pelo Código Florestal - Lei 12.651/12 - pela Lei dos Crimes Ambientais – Lei nº 9.605/98 - pela Constituição Federal de 1988, que classifica, ainda que indiretamente, o direito a um meio-ambiente equilibrado como direito fundamental, enfim.

Quando se concede, por exemplo, uma licença ambiental para se construir uma obra de engenharia, é preciso atravessar as legislações constitucionais e infraconstitucionais, como as portarias, os decretos, as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), enfim.

Para se fazer uma obra que atravessa dois estados, precisa de licenciamento da União, concedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); dos órgãos de controle dos estados e dos municípios (Lei nº 6.938/81), já que a legislação é concorrente, conforme estabelecido no artigo 24 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil.

Além disso, existem as áreas de reserva legal, as de proteção permanente, as unidades de conservação, enfim. Quando não se atende as exigências estabelecidas pelo Estado e pelas instituições, a legislação estabelece as sanções.

O licenciamento é precedido de atos enunciativos, porquê quando se vai construir uma ponte, uma estrada, uma ferrovia, ou mesmo um prédio, se observa os riscos a serem tomados e as eventuais consequências ambientais, com base nos princípios da prevenção e da precaução, apesar deste não vir abarcado pela certeza. Pois bem, para isso é preciso de pareceres técnicos, passando pelo crivo de engenheiros, juízes, procuradores, enfim, sendo a palavra final a do judiciário, de modo que, em caso de desentendimento, se segue o entendimento do procurador ou do juiz e não do engenheiro, o que é uma questão delicada.

Através das normas reguladas pelo Código Civil Brasileiro, se tem, portanto, o conceito de reparação de dano, devendo aquele que dolosamente poluir além do permitido, reparar o dano. É o caso de um fazendeiro que a justiça determinar a plantação de mudas, por exigência do termo de ajustamento de conduta, exigido pelo promotor.

Todo proprietário tem direito e dever quanto a propriedade. Tem que pagar imposto sobre o território rural e preservar as áreas de reserva, de preservação permanente e as unidades de conservação. Fora a questão da função social da propriedade, estabelecida no artigo 12 do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64), condicionando o uso ao bem-estar coletivo.

O Estatuto da Terra, Lei nº 4.504/64, lá atrás já tratou dos recursos naturais não renováveis, o descumprimento das exigências legais resultam no dever de indenizar, na responsabilização do agente.

A legislação ambiental brasileira, através do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), determina que dos 20% que podem ser utilizados para agricultura em área de florestas para a exploração.

No Amazonas, 57,3% do território são unidades de conservação e terras indígenas, do que sobra para a produção, 80% do território é área de reserva. Roraima tem 94% de seu território formado por unidades de conservação e terras indígenas, restando 6% do estado para a realização de atividades econômicas. Dos 6%, 80% é área de preservação...

Segundo dados da Embrapa (EMBRAPA, 2020), o norte do país, somando com o Amazonas, possui 96% das matas preservadas. 80% das áreas do Amapá permanecem. O agronegócio ocupa apenas 8% das terras. 10,4% do território nacional corresponde a unidade de conservação, 13,8% ocupados por terras indígenas. A preservação dos imóveis rurais pelos produtores soma 218 milhões de hectares. Isso representa 49,8% do território. 66,3% do território está com sua vegetação nativa preservada.

Só no Brasil tem área de preservação, não faz sentido a campanha caluniosa de que o país não preserva.

É preciso tomar cuidado com campanhas difamatórias contra o Brasil, financiadas por interessados não no bem do Brasil, mas nos bens do Brasil, além da

questão da concorrência no mercado. A expansão da fronteira agrícola brasileira é uma ameaça para certos países.

Erros existem, mas também existem os acertos e as contradições por trás das críticas. Cabe ao Brasil cuidar de sua natureza, conciliando com o urgente desenvolvimento.

1.2 A QUESTÕES GEOPOLÍTICAS E ECONÔMICAS

O que guia hegemonicamente as relações internacionais são interesses, e estes interesses uma vez contrariados são defendidos por força. Força ativa ou dissuasória, iminente. O Ocidente está em crise de abastecimento, o inverno europeu se aproxima, a escassez de recursos é evidente. Fazer algo contra isso, necessário.

Nas relações internacionais é difícil de se observar motivações pacíficas e humanitárias. O mundo presenciou recentemente uma invasão ao Iraque, um país soberano, por base em mentiras e com conivência da ONU, sob o argumento de estarem produzindo armas biológicas. O presidente foi assassinado. Na realidade, a questão era o petróleo. 100% do petróleo iraquiano foi desnacionalizado.

A Líbia teve seu presidente assassinado, exposto em praça pública. Teve objetos enfiados nas partes íntimas, levou coronhada na cabeça, jogaram lixo, urinaram, tudo antes da execução. Ele pretendia, dentre outras coisas, acabar com o lastro da moeda nacional com o dólar.

Com o Brasil nunca foi diferente. Sempre foi um país cercado e assediado, porquê tudo se trata de energia e da concorrência no mercado. Sem energia, o mundo para. A concorrência é um empecilho no mercado.

O Dia do Fico, seguido pela proclamação da independência no 07 de Setembro de 1822 possibilitou a capacidade do Brasil de mandar no próprio destino, podendo ter relações bilaterais no exterior e a capacidade de defender seu território e as suas riquezas. Todavia, isso não impediu interferências indesejadas ao país com a maior fronteira agrícola do planeta.

Como um exemplo, no Brasil ainda império ocorreu a Questão do Pirara (MENCK, 2009), quando em meados de 1840 a ONG Sociedade Geográfica Britânica entrou em território brasileiro sem permissão, mapeou a região que os rios davam

acesso ao Rio Negro, levou para Georgetown, capital da Guiana e então veio uma missão religiosa para recrutar índios, que foram declarados súditos e aí pediram proteção aos ingleses. Eles mandaram uma tropa, decretando a área litigiosa, usando do contexto ainda dos territórios serem delineados sem total conhecimento da abrangência da área.

No fim, a questão se resolveu somente em 1904, quando o litígio foi levado ao rei italiano Dom Emanuel III. O Brasil perdeu 30 mil quilômetros quadrados de território em pleno século XX. O advogado do Brasil, Joaquim Nabuco, acompanhou todo o processo e escreveu um telégrafo ao Barão do Rio Branco (MATTOS, 1980):

“Somente a vossa excelência pode figurar-se o que experimentei durante a longa leitura da sentença. Pelo prazer que você teve com os seus laudos, calcule o meu desprazer.”

O Barão do Rio Branco (MENCK, 2009) também criticou a arbitragem:

“Essa lição consiste em reconhecermos que o arbitramento não é sempre eficaz. Pode a causa ser magnífica, o advogado inigualável, e, como é o caso, ter-se uma sentença desfavorável... só devemos recorrer a ela [a arbitragem] quando for de todo impossível chegarmos a um acordo direto com a parte adversa. Transigiremos, então, tendo em vista o interesse comum, mas não veremos possíveis interesses estranhos a nós, desconhecendo o nosso direito e até os princípios do direito internacional”.

Os ingleses ao defenderem as teses deles evocaram a defesa dos povos indígenas que lá habitavam... Aconteceram inúmeros casos no Brasil de interferência estrangeira, que devem ser lembrados, para explicar a justa desconfiança com entidades que dizem querer proteger a Amazônia. Já tiveram casos de pirataria biológica para levar a borracha brasileira para a Malásia (CORBY, 1995)...

Em 1713 se inicia na região do Amapá um conflito com os franceses que dura até 1900 por causa do ouro brasileiro. Eles ocuparam 260.000 km² da área do território brasileiro e em 1885 fundaram a República do Cunani. Os brasileiros eram proibidos de entrar, mas resistiram e foram vitoriosos.

No ano de 1894, o Tratado de Ayacucho é posto em dúvidas, quando se descobriu brasileiros explorando borracha em um território até então desconhecido pelos bolivianos e aí vem a instrução de retomar os trabalhos demarcatórios suspensos a 17 anos.

A Bolívia fez um acordo secreto com os EUA e depois de confrontos entre bolivianos e brasileiros criaram o Bolivian Syndicate, um consórcio anglo-americano sediado em Nova Iorque, para administrar o território, cobravam até impostos. Com muita luta, os derrotaram.

E aí em 1903 é feito o Tratado de Petrópolis e foi incorporado 181 mil quilômetros quadrados ao território brasileiro. Os EUA não conseguiram o território que acordaram caso houvesse um conflito.

Nos anos 50, num projeto da UNESCO, a Itália, França, Holanda tentaram internacionalizar grande parte do território brasileiro com o Instituto Internacional da Hileia Amazônica. Mas não foi pra frente.

Hoje existem centenas de denúncias de ingerência indesejada no Brasil. O ex-ministro Aldo Rebelo em uma palestra por videoconferência à Pontifícia Universidade Católica de Goiás (disponível em: <https://youtu.be/3gKu7tntjgM>) contou o caso de uma ONG que estava fazendo coleta de sangue dos índios, porquê eles tinham resistência à malária.

Cabe a ressalva de que onde é demarcação de terra indígena, o exército brasileiro não pode entrar, porquê o Brasil consolidou por decreto a OIT 169 em 2005 e novamente em 2019, pelo Decreto nº 10.088/2019, reconhecendo a existência de 217 micro-nações indígenas, cada uma, em tese, com instituições próprias.

Um dos elementos que configuram uma nação é seu povo, então, em tese, não são brasileiros. É uma tragédia... Querem construir uma narrativa que renega o brasileiro, um povo multirracial, construído pela união das amplas forças heterogêneas em torno do que hoje se chama de questão nacional.

No mês de maio, em 2009, foi publicado o relatório 251/82260, pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), identificando organizações não governamentais financiadas por entidades estrangeiras para atuarem contra a construção da Usina de Belo Monte, que apenas uma turbina gera energia.

O projeto foi desgastado, muitos reservatórios previstos não foram aprovados para agradar setores ambientalistas. Também apontaram estranhas visitas de estadunidenses e britânicos aos representantes de ONGs e frequências a aldeias indígenas.

O argumento é de preservar a natureza e a cultura dos índios, mas as ONGs estão lá os ensinando a falar inglês e os orientando para pedirem uma intervenção estadunidense na Amazônia, isso enquanto as tribos padecem de todo tipo de necessidades básicas. De outro lado, vem a questão da preservação, que fica dramaticamente prejudicada quando o país perde o controle de seu território.

Bautista Vidal no livro “O poder dos trópicos” (VIDAL, 1998) lembra o ameaçador episódio da ameaça de entrada dos “boinas verdes” das Nações Unidas na Amazônia para o combate aos incêndios em Roraima, apagados pela chuva. A movimentação mobilizou nossas Forças-Armadas.

Também houve uma forte campanha midiática de denúncias contra o Brasil, narrando incêndios nas florestas tropicais úmidas amazônicas, quando, na verdade, os incêndios ocorreram nos campos gerais de Roraima, regiões montanhosas marcadas pela seca, com frequentes incêndios, como os anuais que ocorrem na Califórnia, que tem o agravante de mortes, que, no Brasil, não teve nenhuma.

Organizações não governamentais estrangeiras faziam campanhas para o Brasil aceitar ajuda do resto do mundo, já que não conseguia resolver o problema sozinho. Vale ressaltar a lembrança de Vidal (VIDAL, 1998), sobre o general estadunidense, Patrick Hughes, sugerindo a invasão militar na Amazônia por questões ecológicas em uma conferência ao Massachusetts Institute of Technology (MIT). Atribuem à Margaret Thatcher a frase que “se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas.”

Recentemente, figuras conhecidas no Brasil suplicaram por uma intervenção dos Estados Unidos na Amazônia. A situação era tão dantesca que um grupo ligado ao historiador James Green, pregou por uma CPI da Amazônia no Congresso estadunidense... Brasileiros, como Leonardo Boff, clamam por intervenção na Amazônia.

Autoridades que já ocuparam altos postos também escreveram a carta ao presidente dos Estados Unidos clamando pela CPI da Amazônia. Recentemente a vice-presidente, Kamala Harris, disse que durante anos as guerras foram travadas pelo petróleo e que logo serão travadas pela água... Que tipo de comentário é esse?

Na publicação “Código Florestal: um debate sobre o Brasil” (REBELO, 2017), o ex-ministro Aldo Rebelo relembra a publicação em 1992 pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, do livro “A Terra em Balanço”, o qual ele compara a luta em defesa da democracia contra comunismo com a luta em defesa do meio-ambiente.

Em 2010 os estadunidenses publicaram o “Farms Here, Forest There” (SHARI, 2010), estudo patrocinado pela Associação Nacional de Fazendeiros e pela ONG “Parceiros contra o Desmatamento”.

Em resumo, eles relataram a ameaça que a soja brasileira representa à estadunidense, defendendo como solução a redução de sua oferta no mercado internacional, restringindo a expansão agrícola dos países tropicais, pela promoção de políticas públicas duras e exigentes. Não é de hoje a manipulação de causas legítimas por interesses indesejados.

Como se não bastasse, o Brasil se encontra engessado, proibido de crescer e de investir. O investimento na Defesa de um país deve se levar em conta as realidades dele. Até meados de 2011 o efetivo de militares protegendo a Amazônia era de 25 mil, hoje são 18 mil. Nas regiões de fronteira há pelotões que não chegam a 20 homens.

A questão inflacionária tem sido alvo de muitas discussões, o que pouco se fala é que a política de estocagem, de logística e de insumos são questões decisivas na hora de se estabelecer o preço final do alimento.

Existe o CONAB, só que ele não recebe investimentos, grande quantidade dos insumos agrícolas são importados e a estrutura ferroviária brasileira estagnou, dependendo de rodovias esburacadas (quando devidamente asfaltadas), tendo que lidar com a volatilidade dos preços dos combustíveis, em razão da dependência dos caminhões, movidos pelo diesel, que também é importado.

Quando se iniciou a construção da ferrovia Ferrogrão, que ligaria apenas dois estados, uma dura interferência externa se iniciou, vindo um grupo chamado “Internacional Progressista”, ligado ao Bernie Sanders, apontando o projeto como ameaça ao meio-ambiente. Cabe a ressalva que a Ferrogrão, sozinha, já reduziria o

custo do escoamento dos grãos em 50%. Um projeto impedido por sabotagem e omissão.

No artigo “A Amazônia, mudanças climáticas e a segurança internacional” (PAULINO, 2021), para o Portal Bonifácio, Luís Antonio Paulino relembra a aprovação em 2005 pela ONU do princípio da “responsabilidade de proteger”, com os governos se comprometendo a se prepararem para eventuais ações coletivas, aprovadas pelo Conselho de Segurança, no caso de fracasso de autoridades locais na proteção de seu povo.

Com base nisso, a ONU autorizou a intervenção na Líbia, que derrubou o Gadhafi. O autor teme a evocação desse princípio para proteger o meio-ambiente, valendo a ressalva da resolução sobre o clima que tentaram aprovar no final de 2021, que classificavam a questão climática como ameaça a segurança internacional. Pelo veto russo, não fora aprovado.

A questão ambiental é importante e deve se ter como prioridade, mas isso não pode ser usado de pretexto para manipulações indesejadas dos rumos e dos destinos dos países.

O Brasil é a tem a sua memória, a sua história, a sua biografia, o seu passado. A soberania brasileira não deve ser posta em debate, não devendo fazer nenhum tipo de concessão a ninguém nesse terreno, garantindo o direito do povo brasileiro ao pleno desenvolvimento, a soberania plena sobre seu território e a autonomia de mandar no próprio destino.

2. OS MECANISMOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DO ACORDO DE PARIS

2.1 BREVES APONTAMENTOS SOBRE O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

O artigo publicado no site da Embrapa “um novo olhar sobre as emissões da pecuária brasileira” (EMBRAPA, 2016) apresenta ao leitor informações que contrariam a tese da emissão desenfreada de Gases de Efeitos Estufa (GEEs), concluindo que em 20 anos o aumento de gases liberados passou de 38% para 5%. Isso se dá pelo abandono do modelo intensivo, com a criação do gado nos pastos, melhorando a

qualidade de vida dos animais e trazendo para a mesa do almoço um alimento mais saudável.

É claro que sempre pode melhorar e o artigo apresenta sugestões de como recuperar e manejar corretamente as pastagens e investir na alimentação saudável dos animais. A saída é essa, encontrar um equilíbrio entre a produção e a preservação, reconhecendo o esforço do trabalhador rural para colocar a comida na mesa do brasileiro.

A soja também é objeto de muita polêmica, mas, estudos (EMBRAPA, 2021) mostram que o Brasil desenvolveu métodos sustentáveis para o cultivo e o manejo das plantações, recuperando pastagens degradadas e usando até três vezes a mesma área para o cultivo, além da fixação biológica do nitrogênio. Com isso, estima-se que até 2030 se reduzirá em 35 milhões de hectares o cultivo na área de pastagens sem prejudicar a produção de larga escala.

Vale ressaltar que a soja cumpre um papel de nutrição e também como energia e insumo para a indústria química, ou seja, é um instrumento geopolítico. A sua demanda é muito alta e o Brasil é o maior exportador de soja do mundo, sendo capaz de sofisticar sua produção, aumentando a produtividade, cumprindo as exigências internacionais.

Não é o plantio da soja o responsável pelo crescente desmatamento, mas a extração ilegal de madeira para comercializar no exterior. Fortes denúncias de esquemas corruptos com envolvimento de embaixadas, contrabandistas e pistoleiros. Na hora da punição, miram nos agricultores e ribeirinhos.

Para manter dentro da regularidade o plantio agrícola, é obrigatório fazer licenciamento ambiental anualmente, ou seja, um plantador de arroz no Rio Grande do Sul deve licenciar todo ano a sua plantação, medida adotada conforme resolução 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Só com o licenciamento que se pode produzir na propriedade, lembrando a porcentagem de mata nativa que deve ser preservada obrigatoriamente.

Também não é verdade a tese de que comer carne é insustentável. Tomando a criação de gado como exemplo, uma vaca adulta pesa 800 kg, aproximadamente. Um novilho de um ano, que é a carne mais abatida para consumo, pesa cerca de 450

kg. Se em um ano cada cidadão comer 116 kg de carne, não daria meio boi por ano. A criação de gado pode ser uma atividade econômica sustentável (EMBRAPA, 1997)

Outra polêmica envolvida no mundo rural é a utilização dos agrotóxicos. Estima-se que a remoção de ervas daninhas em um hectare de terras necessitaria da força de 200 horas/homem de trabalho. Estima-se também que um hectare de terra era o suficiente para alimentar duas pessoas das três bilhões existentes nos anos 60. Quando chegou 2000, o mesmo hectare teve a demanda dobrada e a população mundial passou de três para seis bilhões. Se a população mundial chegar a 9 bilhões, o mesmo hectare terá que alimentar sete pessoas. Como resolver esse drama?

A produtividade precisa aumentar o mais rápido possível e ao menor custo possível. Por enquanto, o meio mais eficaz neste sentido é o uso dos defensivos agrícolas, para evitar que pragas se espalhem e destruam as plantações. É preciso tomar cuidado, muitos produtores rurais reclamam de aviões que ao aplicarem o agrotóxico, pulverizam onde não deve, acarretando riscos à saúde humana e de outros animais.

De fato existem essas situações, todavia, ainda não foi encontrado outro meio quem possa substituir o uso. Os agrotóxicos são regulamentados pela Lei Federal nº 7.802/1989, mas, apesar da regulamentação, erros não estão impedidos de ocorrerem, por isso a Embrapa (EMBRAPA, 2020) recomenda que se desenvolva métodos de precaução e conscientização sanitárias e ambientais.

A Embrapa (2020) relata como um problema ainda o uso de agrotóxicos não registrados, portanto, é uma questão que precisa ser sempre analisada com cautela. Existe uma dosagem certa para a aplicação. É preciso tomar cuidado também para falsos alardes não prejudicarem os agricultores.

Uma reportagem da Gazeta do Povo (2022) relata que certa vez, em 2009, encontraram resíduos de 0,004 miligramas por quilo de uma colheita de pimentões, sendo que era permitido até 0,001 e o Ministro da Saúde da época atuou para restringir a circulação dos pimentões, o que quebrou muitos agricultores. Segundo o médico Ângelo Trapé, 0,001 miligramas equivalem a mil grãos de areia, que seriam divididos por cem antes de estabelecer um limite máximo de resíduo no quilo do pimentão. Neste raciocínio, segue o médico, para se contaminar em 4 miligramas de deltametrina, precisaria ingerir 100 quilogramas de pimentão em um único dia.

Ao se tratar dos defensivos agrícolas, é preciso abordar com muita cautela, porquê a demanda por alimentos é alta, o trabalho no campo com o uso ainda é necessário. Apesar de desconfianças quanto ao uso, um estudo da Embrapa (EMBRAPA, 2005) sobre a região de Guaíra (SP) constatou que a poluição do rio se deu pela lavagem de tanques de aplicação e de embalagens, não tendo sido contaminado pelo uso.

Atribuem às atividades típicas agrárias a responsabilidade pelas queimadas na Amazônia, generalizando os produtores rurais. Ocorre que as queimadas ocorreram nos perímetros de apenas 5% dos imóveis, cujas áreas já estavam desmatadas. Muito se dá pela velha prática do aceiro e a Embrapa (EMBRAPA, 2020) apresenta alternativas, porém é preciso de incentivo e apoio do poder público.

O agronegócio emprega e preserva. O produtor não quer boicote aos seus produtos, não quer viver na ilegalidade, na prática criminosa, não quer perder rendimento, para isso, ele precisa proteger a natureza, daí a importância da sofisticação tecnológica do complexo industrial do agronegócio.

Muitos municípios dependem da agropecuária para se desenvolverem, com investimentos vindo do setor, cujos resultados da produção não se limitam a criação de gado e ao cultivo de soja, atingindo setores como o da confecção de roupas, em razão do algodão, produtos de higiene, enfim.

Municípios como Ariranha do Ivaí e outros 233 municípios paranaenses tem 70% da produção proveniente das propriedades rurais, exigindo investimentos, para sofisticar a produção, permitindo ao produtor rural maior rendimento e produtividade, o que gerará ainda mais benefícios aos municípios.

É importante esclarecer que são pequenos e médios produtores os mais ativos nessas questões, com famílias trabalhando em suas roças para sustentarem a si e ao habitantes dos municípios da região. Segundo dados da Embrapa (EMBRAPA, 2020), dos 489.808 imóveis registrados pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR) na área florestal da Amazônia, por exemplo, 90,4% são pequenos agricultores e 6,2% médios agricultores.

O agricultor brasileiro trabalha diariamente, emprega e desenvolve o país. O Brasil é um país de essência agrária, com o mundo rural sendo elemento constitutivo da nacionalidade brasileira, não devendo jamais ser criminalizado.

Segundo estimativa da ONU, o Brasil será responsável por 40% da produção de alimentos para o planeta, atualmente, é o 4º maior produtor de alimentos do mundo, representando 5,4% da produção Internacional. A agricultura e a pecuária são atividades de interesse nacional.

2.2 QUESTÃO AMBIENTAL NO MUNDO E O GARGALO BRASILEIRO

Há medida que a sociedade se expandia, se diversificava e, em razão do espírito curioso e explorador, bem como das necessidades impostas pela vida, surgiu, o avanço tecnológico. A economia passou da rudimentar de subsistência para a industrial, com a humanidade descobrindo outros usos para as matérias primas, diversificando sua economia.

Essa é uma visão resumida e incompleta da realidade concreta. É preciso se aprofundar na história da humanidade para descobrir que muito do avanço tecnológico obtido se deu em razão de nações fortes subjugando nações frágeis.

Se hoje existem nações detentoras de indústrias fortes e inovadoras, muito se deu da exploração de países que entraram tarde no mundo industrial e cedo no financeiro, como o Brasil. É preciso ter isso em mente, antes de aprofundar no debate ambiental, que é muito importante, mas infelizmente, como toda causa nobre e necessária, pode ser distorcida para subjugar países.

É fato que para tudo há um custo e houve o custo ambiental, bem como o custo humano, com a exploração de pessoas e de nações, que até hoje padecem pela sorte e pelo azar de serem ricas em recursos naturais, cruciais para o desenvolvimento econômico e social.

Para conter os danos sociais, após manifestações populares, muitas vezes como no Brasil, apoiadas pela Igreja Católica, se criou os direitos trabalhistas. Para conter excessos no mercado financeiro, se criou a Lei da Usura (Lei nº 49/35) de modo que taxa de juros não podia exceder a porcentagem de 1% ao mês e de 9% ao ano. Para conter os danos ambientais e proteger as matas, se ampliou as legislações já existentes, pelo menos no Brasil e em Portugal.

A questão ambiental chamou a atenção do mundo, quando se viu os céus cobertos pelas fumaças saídas pelas chaminés das siderúrgicas, fato é que o custo

foi muito alto. O uso predatório sobre os recursos naturais foi tamanho, que em um relatório da Agência Ambiental Europeia, no final do século 17, constou o sumiço de mais da metade das matas nativas. É importante ressaltar que o Brasil detém intacta ainda 66.7% de sua vegetação nativa.

Pois bem, os prejuízos ambientais existiram e isso foi posto em debate como questão global, como questão de Estado em razão das tão abordadas questões climáticas e, em razão disso, nações se reúnem para discutir meios de atenuar os danos ambientais.

Existiu em 1978 o Tratado de Cooperação Amazônica, por exemplo, e em 1997 foi entabulado o Protocolo de Kyoto, contando com assinatura de 175 países, dentre eles, o Brasil, a Noruega, os Estados Unidos e a Rússia. O objetivo é diminuir a emissão de gases poluentes na atmosfera.

Um dos métodos é estocar o mesmo número de carbono que emite, só que isso tem custos e nenhum país defensor do método quer se comprometer com arcá-los, então querem que o Brasil se comprometa, não é à toa que a Amazônia tem sido objeto de muito debate recentemente. Só que fica o problema: o Brasil tem problemas graves para resolver e precisa usar o que tem, não significando a destruição das florestas, pois se fizer de forma correta, os danos serão menores.

Para esclarecer, o crédito de carbono consiste na renúncia do produtor rural à produção, evitando o desmatamento e recebendo para isso. A questão que fica é: de onde vai sair o dinheiro? Quem vai pagar?

O argumento de compensação da poluição pelo crédito de carbono também é questionado, uma reportagem da Folha (2022) traz um estudo de 2016, na Comissão da União Europeia, mostrando que 85% dos projetos examinados não alcançariam as reivindicações de redução. Eles também abordam que a mudança climática é predominantemente impulsionada pelas ações da indústria de combustíveis fósseis.

Vale a ressalva de que não faz sentido a ideia de ganhar dinheiro estocando carbono, o dinheiro vem da produção de riquezas, a sociedade precisa comer, produzir, ganhar dinheiro. É impossível uma sociedade se enriquecer estocando carbono ao invés de trabalhar na roça, criando gado, plantando e colhendo. Se todo mundo parar, de onde virá a comida? O feijão nasce no saco dentro do supermercado?

Ainda há outro problema: o mercado mobiliário é volátil, sujeito a crescimentos e quedas espontâneas, não tem como depender disto, é absurda a ideia de abandonar a roça, mudar para a cidade e ganhar dinheiro com o mercado de carbono. Não faz sentido, como também não faz sentido a crença das mudanças climáticas serem resultado da atividade rural.

Recentemente ocorreu a 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas, realizada no Egito. A Amazônia foi objeto de debate, com o Brasil comparecendo em uma posição diante aos olhos do mundo como um país fragilizado, com uma delegação do então presidente Jair Bolsonaro e do presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva, isso foi ruim para a imagem do Poder Executivo brasileiro.

Não houve comprometimento pela redução dos combustíveis fósseis, mas os países ricos se comprometeram a financiar o reflorestamento da Amazônia, todavia, se pegarmos o Fundo Amazônia, entraremos em outras discussões, como a absoluta obscuridade sobre os critérios a serem adotados na aplicação dos fundos. Nada impede dos recursos serem usados para gravações de denúncias contra o Brasil.

Houve a Conferência da Biodiversidade da ONU, que tratou da meta de redução das emissões e distribuição da riqueza da biodiversidade. A biodiversidade é a fonte genética dos medicamentos, cosméticos e até alimentos, por isso deve ser preservada, como defendida na Conferência.

Além da preservação, a Conferência também discutiu o aproveitamento da biodiversidade e a repartição desta com o país detentor, mas carente de tecnologia, com o detentor da tecnologia, mas carente de recursos naturais.

Ocorre que isso gera desconfianças quanto o uso distorcido das propostas, que já ocorreu no passado, quando borrachas brasileiras foram contrabandeadas e plantadas na Malásia, desvalorizando a borracha extraída no Brasil. Atualmente, é possível pegar amostra de uma planta e fazer sequenciamento genético, existem várias amostras depositadas no mundo sem identificação da origem.

O que guia as relações internacionais são os interesses e estes, uma vez contrariados, são defendidos por força ativa ou dissuasória. Para que muitas nações sejam detentoras de tecnologia de ponta, falando em Forças-Aeroespaciais, outras foram privadas de tecnologia, muitas vezes tentando no presente compensar o atraso

trazendo os produtos de fora, sem proteger a produção nacional, o que gerou um processo a longo prazo de desindustrialização.

3. UMA NAÇÃO DESAMPARADA

3.1 A FRAGILIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Existe um processo em curso contra as nações ibero-americanas (2016), tornando-as colônias científicas, financeiras, tecnológicas e culturais. Tudo se trata de interesses e, para que uns se prevaleçam, muitas vezes se travestem de bons samaritanos preocupados com o mundo, precisando salvá-lo do Estado malvado. Isso pode ser feito em várias esferas, o ponto principal é culpar o Estado pelas tragédias, fazendo crer que ele é o problema e que seu perecimento significa a salvação.

Na área econômica, muitas vertentes culpam o governo pelas crises econômicas e sociais, dizendo que o papel do político é cobrar imposto e que o Estado deve ser mínimo porquê os políticos são corruptos. Na área de segurança, culpam o Estado, mas não abordam a sua ausência. Na área tecnológica, acreditam ser possível criar uma multinacional de dentro de uma garagem. Na área ambiental, culpam o governo, mas nada abordam das condições criadas para inviabilizá-lo.

O fato é que a sociedade criou o Estado, que criou as instituições e é responsável pelo destino, como também pela sua tragédia. A ação e a omissão tem custos a curto e a longo prazo, mas não é engessando o Estado que os problemas do mundo vão acabar, pelo contrário, isso vai gerar fragmentação, dispersão, aniquilando a vontade coletiva em prol de um conjunto de manifestações individuais e desorientadas.

Um país é formado pelo seu povo, seus respectivos costumes, línguas, território e legislação, com o Estado sendo trabalhado pensando (ou ao menos assim deveria ser) nas suas particularidades. É como se fosse uma casa de uma família, só ela sabe o que acontece lá e o que precisa, a diferença é que o Estado representa milhares de famílias. O que tem dentro do país é assunto do país, não podendo sofrer por ingerências estrangeiras.

A ingerência estrangeira em países mais frágeis é uma prática comum na história da humanidade, a guerra faz parte da história da humanidade e sempre se

tratou de interesses, praticando atos cada vez mais absurdos para dominar os povos. Os chineses foram viciados em ópio, a sociedade ocidental, hoje, é intoxicada por uma série de fatores e se encontra suscetível a todo tipo de manipulação.

O ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Adolf Augustus Berle, elaborou o relatório “Ofensiva Psicológica na América Latina” (CORBY, 1995) defendendo que se controlasse intelectuais, os educados e semi-educados, para dominar pelo controle da formação educacional da população.

As forças alienígenas perceberam que precisavam ser mais discretas nas suas ações e foi aí que surgiu o 3º setor, com um trabalho psicológico em cima da população, fazendo-as crer em narrativas pessimistas sobre o país que ela vive, formando jovens que sentem raiva e descrença por tudo que seu país representa, criando uma sociedade pessimista e entreguista.

No livro “Máfia Verde: o ambientalismo a serviço do Governo Mundial” (CARRASCO, 2001) os autores apresentam uma oligarquia que manipula os destinos das nações, financiando movimentos eugenistas e salienta a aproximação dessa gente com o nazismo, citando a Federação Internacional de Organizações Eugênicas, que teve Dr. Ernst Rüdin como presidente. Ele escreveu as leis raciais do regime nazista do Hitler.

É ressaltada a importância dada ao ambientalismo pela Alemanha nazista (2001), sendo o primeiro país europeu a estabelecer uma força policial de proteção das reservas naturais e habitats, lembrando a fala da escritora inglesa, Anna Branwell, que foram os primeiros ambientalistas radicais a chegarem no governo, tendo influenciado o ambientalismo britânico.

É importante ressaltar o cenário do pós guerra da Alemanha de Hitler (2016), surgido por influência de empresários estadunidenses, britânicos e alemães: os minérios, obras de arte, ativos industriais e financeiros, todos foram enviados para fora, além da fuga de criminosos de guerra e transferência integral do serviço de inteligência. Os Estados Unidos receberam muitas mentes do nazismo, envolvidas nos projetos militares da Alemanha.

Nos anos 60, o eugenista Julian Huxley foi nomeado primeiro secretário-geral da UNESCO e lá escreveu uma carta promovendo o eugenismo e a proteção ambiental, dizendo que a proliferação do homem deve ficar abaixo da conservação

das outras espécies (CARRASCO, 2016). Quando sobrevoou países recém libertos da África e os julgou inconfiáveis para conservar a vida selvagem.

Só existem duas grandes potências em diamantes no mundo, a África e o Brasil. Os africanos ainda padecem dos pecados de seus colonizadores, com muitos conflitos locais, então se voltam para o Brasil.

A questão central é exatamente essa: os interesses. Quem controla os recursos naturais, se desenvolve tecnologicamente, decide sobre o uso do petróleo, sobre o fluxo comercial de alimentos, matérias primas e por aí vai (CARRASCO, 2016). Que soberania do voto haverá se o país for incapaz de mandar no próprio destino?

É absolutamente irresponsável - para não dizer um crime – pregar pelo sacrifício do desenvolvimento da nação, como também é uma mentira dizer que basta importar os produtos.

Há quem pregue ser desnecessário o Brasil investir em Defesa por duas razões: não há guerra envolvendo o Brasil e basta comprar. O problema é que se um dia o Brasil precisar escolher um lado que não for do vendedor, será que ele vai ter o tanque ou o míssil? Certa vez, o Brasil deixou de vender caças à Venezuela por pressão estadunidense, que fornecia a aviônica...

Não existe desenvolvimento sem cadeias produtivas complexas, não existe soberania sem desenvolvimento. O Brasil precisa ser capaz de dizer sim e de dizer não. O Brasil tem o direito de decidir o quer fazer na matéria de Defesa e questionar o tratado de não proliferação.

3.2 A AMAZÔNIA

É dever do Estado nacional brasileiro explicar a Amazônia, a sua história, o seu sentido e apresentar propostas para a Amazônia. Ninguém melhor do que o Brasil para apresentar soluções, a começar pela ocupação do território. As ilegalidades são facilmente cometidas, pela ausência do Estado na Amazônia.

A Amazônia brasileira (2009) tem 5 milhões de quilômetros quadrados, abrangendo 59% do território nacional, representando 67% das florestas tropicais do mundo. Seria o 6º maior país do mundo, sendo coberta em 64% por grandes florestas

e 22% por cerrados, campos naturais e campinaranas, totalizando 86% de vegetação nativa.

O Estado do Pará (2018) tem 23% de seu território de vegetação nativa dentro das propriedades rurais, 57,6% destas propriedades destinadas a áreas de preservação permanente, reserva legal, vegetação excedente e hidrovia. Ainda detém mais de 45% do território destinado a unidades de conservação e terras indígenas, totalizando 85,7 milhões de hectares. Que país europeu teve essa proeza?

O Brasil foi capaz de em 35 anos sair da economia rudimentar de subsistência e estar entre as maiores economias do mundo (2016), fabricando, até alguns anos atrás, carros com peças 100% nacionais, se tornando um de oito países do mundo que sabem produzir um avião. Tudo isso com uma legislação ambiental rígida, o problema começa com o desmonte do Estado brasileiro a partir dos anos 90, interrompendo o processo de desenvolvimento iniciado, o que propicia velhas práticas de ingerências externas.

No ano de 1843, os Estados Unidos propuseram ao Brasil de usarem os negros americanos para ocuparem a Amazônia, sob a alegação de que deixá-los nos Estados Unidos acirraria os conflitos raciais, mas o que pretendiam era a República do Amazonas, e, por isso, o governo brasileiro proibiu a navegação internacional no Amazonas (CORBY, 1995).

Em 1941, o governo brasileiro incentivou pobres nordestinos assolados pela seca a irem para a Amazônia, prometendo terras gratuitas e equipamentos agrícolas, também promovendo políticas industriais, saindo o projeto siderúrgico de Volta Redonda, o objetivo era de integrar a região (CORBY, 1995)

Era motivo de preocupação brasileira o que a ausência poderia ocasionar à Amazônia, lembrando o caso de pirataria biológica, quando os britânicos contrabandearam sementes da borracha brasileira ao Extremo Oriente, fora a Questão do Pirara, onde o Brasil perdeu 30 mil quilômetros quadrados de território nacional, em pleno século XX.

A obra “Seja Feita Vossa Vontade” (1995) narra um plano dos estadunidenses de colonização do interior da América do Sul, de modo que a conquista das selvas sul-americanas significaria o que significou a conquista do Oeste, para os Estados Unidos.

O livro (1995) narra a presença estrangeira na Amazônia, pesquisando, colhendo informações da população e das riquezas minerais, coisas que deveriam estar sendo feitas pelo Brasil. Os Estados Unidos fizeram um mapa da Amazônia, contando a população local, visando extrair minério ao menor custo possível.

Havia uma relação de interesses mútuos entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Era Vargas, os estadunidenses queriam isolar os países do Eixo, o Brasil precisava de dinheiro e, por isso, cada um tentava tirar vantagem. O problema é que o Brasil sabia da cobiça estadunidense sobre a Amazônia, que não era nova.

Os estadunidenses queriam organizar uma corporação conjunta com o Brasil para trabalhar no desenvolvimento da Amazônia, os tendo como principais consumidores da borracha, do ferro e de outros minerais extraídos, em troca, veio a Companhia de Siderúrgica Nacional. Só que eles teriam as riquezas brasileiras mapeadas, quando o governo brasileiro recuou e os estadunidenses se retraíram, para evitar sacrificar a cooperação brasileira.

Em 1967 houve um assassinato em massa de índios em brasileiros, financiado por empresas terceirizadas da CIA interessadas nas riquezas minerais da Amazônia. Os índios que não eram mortos decapitados, alvejados ou contaminados por armas biológicas, eram transferidos para a região de Minas Gerais, Crenaque, uma espécie de campo de concentração, onde muitos morreram por abandono (CORBY, 1995)

Todas as discussões em torno da Amazônia passam pelas suas riquezas minerais. Não haveria tamanha mobilização por tanto tempo se não fosse pelas potencialidades e capacidades minerais. É preciso descredibilizar o Brasil, como quando acusaram garimpeiros brasileiros dos assassinatos de índios ocorridos em 1967 (CORBY, 1995).

No ano de 1995 ocorreu um escândalo, resultando na derrubada de um ministro e assessores do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando a União beneficiou uma empresa estadunidense em um contrato de U\$ 1,5 bilhão sem licitação do Sistema de Vigilância da Amazônia. O Sivam monitora o espaço aéreo e terrestre da Amazônia...

O mais estranho é que o Brasil deixou de regulamentar a Lei do Abate, que poderia ser usada para prejudicar o uso do espaço aéreo por narcotraficantes,

alegando chantagem dos Estados Unidos quanto a venda dos equipamentos que seriam usados pelo Sivam.

Nesta época, José Viegas, então Ministro da Defesa, ressaltou a ameaça de muitas ONGs na Amazônia, defendendo que fossem identificadas. No Congresso, organizaram a CPI da FUNAI em 2017, que determinou a quebra do sigilo fiscal dessas ONGs, que foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal. Medida estranha para um país que quebra sigilo de ex-presidente.

Fazem crer na incompetência do Brasil de tomar conta da Amazônia, terra a tanto tempo tão visada, cobiçada e invejada. Isto não é por acaso, a Amazônia tem a maior reserva de biodiversidade do mundo, a Amazônia tem o maior aquífero do mundo, a maior floresta tropical do mundo, a riqueza mineral está na Amazônia.

Quando se falar em Amazônia, é imperativo que se analise pelo que ela representa, jamais entregando a Amazônia aos interesses das indústrias químicas e farmacêuticas dos estrangeiros para a indústria do futuro, o Brasil tem que proteger a Amazônia e a sua população.

Se não fosse pelo Exército, a população da região de Tiriós - extensão de fronteira abrangendo Oiapoque (AP) e Boa Vista (RR), fazendo fronteira com o Suriname – seria mais uma vítima. Lá não se chega de automóvel e de barco, tendo surgido pela ação das Forças-Armadas no sentido de proteger a população de seu país, acolhendo e prestando assistência aos índios da região. Isso inspirou jovens indígenas a ingressarem na carreira militar para ajudarem seu povo.

O Brasil padece pelos dramas da violência urbana, do endividamento da população, do desemprego, da precarização do mercado de trabalho, da falta de infraestrutura e saneamento básico. Na Amazônia, muitas crianças vão à escola de canoa, sem segurança, estudando com a falta de luz elétrica e água.

Isso é sinal de desordem e abandono do Poder Público de seus deveres. Muito por omissão, mas muito também por estar engessado, proibido de crescer, então o Estado não chega em muitos lugares, mas há quem chegue, o problema é que isso, além de não ser obrigação da sociedade civil, já está mais do que provado que um Estado fraco é porta aberta para ingerências. Há quem diga que isso esteja no script, para legitimar até mesmo movimentos separatistas.

Um país traído e tratado com descaso por seus próprio representantes gera dor, tristeza e raiva em sua população, se ela padecer de uma formação patriótica e nacionalista, é provável de que a nação caminhe para sua destruição com anuência. A raiva e a ignorância cegam e consomem, impede que se enxergue a realidade, cria um rebanho, que será ordenado por interesses escusos.

Há outro problema muito grave, que assola os territórios brasileiros ausentes do Estado, que é o narcotráfico. A violência na Amazônia está em escalas muito altas, com a população refém de disputas de facções criminosas e vivendo com medo de seus filhos serem recrutados.

Essas são consequências de um Estado fraco, incapacitado de proteger seu território. O Ex-Ministro Aldo Rebelo (2023) manifesta preocupação com os 58 dos 62 municípios do Amazonas dependerem da transferência de recursos da União ou do Estado. Falta políticas públicas no sentido do desenvolvimento da região.

A natureza realmente não é finita, devendo ser protegida e preservada, todavia, o tempo não para e as urgências sociais só aumentam. Ou o Brasil investe na Amazônia, ocupada por 13% da população brasileira, ou 38 milhões de pessoas serão condenadas.

É inexplicável obras como a BR-319, que já foi construída, ser impossibilitada de ser asfaltada. É inexplicável haver cidades que não se chega de carro, dificultando que as pessoas transitem. É inexplicável que com tanta limitação aos brasileiros, existam denúncias de grandes corporações (2022) utilizarem ouro extraído ilegalmente do Brasil.

Também é inexplicável um município isolado do Acre, Santa Rosa do Purus, não ter permissão para construir uma estrada que ligaria o município ao resto do estado. A questão ambiental é de extrema importância, mas deve andar alinhada com a agenda do desenvolvimento do país.

Outro episódio recente repleto de muita contradição foi o indeferimento pelo IBAMA da licença para a Petrobras extrair o petróleo na margem equatorial brasileira, quando profissionais trazem argumentos contrários aos justificados na decisão, elaborada a tese com base em conjunto indiciário.

Para começar, a pesquisa fica a 500 Km da Foz do Amazonas, ficando a 170 Km da costa do Amapá e a 100 Km de áreas exploradas pela Guiana Francesa.

Além disso, não há ali os arrecifes de corais, mas um conjunto de algas fossilizadas. O pedido existe desde 2013 para perfurar um único poço, enquanto a Exxon Mobil a 100 Km de distância prevê a produção de até 1,2 milhão de barris por dia até 2027.

Para que fique claro, a Petrobras está impedida de extrair petróleo por uma decisão do IBAMA baseada em uma falsificação de pesquisas pelo Greenpeace, alegando a existência de corais na Margem Equatorial brasileira. Lamentavelmente, há no Brasil uma crise institucional que tem gerado graves distorções nos papéis de certas instituições, que atualmente atuam contra os interesses nacionais.

Há quem interessa o processo de estagnação da Amazônia? Há quem interessa a atuação agressiva praticada por instituições contra os próprios índios que simplesmente querem sobreviver? Muitas vezes, parece que há um projeto de desantropização da Amazônia.

O Brasil tem uma legislação ambiental muito rigorosa e enquanto a Europa e os Estados Unidos destruíram praticamente toda sua mata nativa, o Brasil mantém 60% de sua mata nativa preservada (2020), com um conjunto de normas rígidas, à ponto de se poder ser preso por transportar minhocas sem licença ou autorização da autoridade competente.

Por essa razão, o Brasil não pode aceitar em hipótese alguma imposições de entidades que secularmente cobiçam as suas riquezas minerais. O Brasil deve proteger a Amazônia, a Mata Atlântica, a Caatinga, os Pampas e o Cerrado, mas deixando claro que também vai desfrutar de seus recursos de forma equilibrada e registrar que as riquezas do Brasil são assunto dos brasileiros.

É preciso explicar porque existe tanta gente interessada no Brasil, porque o Brasil é tão cobiçado. Porque só na Amazônia existem mais ONGs do que em todo o resto do mundo, muitas delas interessadas nos bens da Amazônia, desejados pela indústria química para a indústria do futuro. A essas não se pode dar guarida.

A Amazônia e a riqueza da Amazônia são assunto dos brasileiros, são assunto do Brasil. O Brasil deve exaltar o esforço de seus construtores e preservar seus legados, propiciando ao tão sofrido povo brasileiro um futuro novo, próspero, feliz, repleto de união, progresso e paz.

CONCLUSÃO

Não é verdade que o Brasil não preserva, não é verdade que o Brasil é incapaz de proteger a Amazônia e não é verdade que o Brasil é uma sociedade corrupta fadada ao fracasso. Existe um projeto de desorientação do país por uma campanha desenfreada de desinformações e manipulações, para criar uma sociedade descrente com o próprio país.

O Brasil é de origem agrária, os construtores da nação fizeram os roçados, arregoaram as estreitas faixas do solo arável à orla dos ribeirões, criaram roças para sustentarem suas famílias e delas saíram grandes brasileiros, retratados na música, nos festivais, como a missa do vaqueiro, enfim (DA CUNHA, 2005)

Trilharam vastos e perigosos caminhos (2005), chegando ao encontro das bacias do Tocantins e do São Francisco, iam longe à compra de gados, penetraram de Goiás ao Piauí, nunca estavam parado, estavam sempre em movimento, no momento de lazer, dançam o samba e o cateretê, as choupanas em festa, em permanente festa.

O mundo rural faz parte da história e da memória do Brasil, assim como o Exército brasileiro, os índios, os negros e os brancos, um país construído pela união das amplas forças heterogêneas, que devem ser valorizados e exaltados, como elementos formadores da identidade brasileira.

Os produtores rurais brasileiros não podem ser criminalizados e taxados unilateralmente de grileiros. O grileiro vive da criminalidade, o grileiro vive da prática criminosa e ele não quer saber de questão nacional. O bom agricultor trabalha de sol a sol e não quer que seu produto seja embargado.

Além disso, é absolutamente irresponsável jogar a responsabilidade dos dramas ambientais ao mundo rural e esquecer de cidades que constroem shoppings e condomínios em cima de nascente de rios, ou então se esquecer de grandes empresas cuja irresponsabilidade ocasionou danos ambientais muito graves.

A questão ambiental, infelizmente, como a questão do terrorismo é usada como bode expiatório para atender a interesses escusos. No dia 12/12/2022, sob alegações ambientais o Azerbaijão fez um cerco no Corredor de Lachin, que liga a República de

Artsakh com a Armênia, é a região de Nagorno Karabakh. Desde então, 120 mil pessoas se encontram cercadas e sem suprimentos.

Antes disso, houve por parte do Azerbaijão corte do fornecimento de gás para a região, porque eles impediram o transporte deles, quem vai socorrer essas pessoas? O que está por trás deste movimento? Cadê a Human Rights Watch? Cadê as ONGs?

O papel de todo brasileiro patriota, defensor da causa nacional, é de se contrapor a tudo isso, jamais dourando a pílula das contradições, daquilo que há de errado, mas exaltando aquilo que há de mais nobre e importante para o país, para reconectar o coração dos brasileiros. A pátria amada está clamando por socorro.

Toda e qualquer ação divisionista, fragmentária, não deve ser tolerada. Qualquer movimento separatista deve ser repudiado, o Brasil pertence aos brasileiros, que não devem estar dispostos a se dividirem em nenhuma forma. Os dramas não vão se resolver jogando tudo para cima, mas com união em torno daquilo que diz respeito a todos: a questão nacional.

Não se deve aceitar a criminalização do agricultor brasileiro e não se deve aceitar a imposição unilateral de estrangeiros que desconhecem a realidade brasileira, que demonstram absoluta insensibilidade com a questão social, sendo capazes de defenderem a redução da oferta de alimentos por interesses comerciais.

O Brasil tem dramas urgentes a serem resolvidos, que podem sim serem conciliados com os ambientais. A Embrapa prova isso e o aumento da produtividade vai gerar excedentes, que deverão ser usados para financiar a reindustrialização do Brasil, como feito na Era Vargas, com o excedente do café.

Como certa vez disse o saudoso Raul Seixas: “o sonho que se sonha só é só um sonho, mas sonho que se sonha junto é realidade.” É possível sim um Brasil novo, forte, democrático e desenvolvido, mas é preciso resgatar o patriotismo, o nacionalismo, resgatando a memória e a história do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALEKSEY, Druzhinin. *China poderá realizar o sonho de Kadhafi de acabar com o dólar*. Disponível em: <<https://sputniknewsbrasil.com.br/amp/20180401/china-sonho-kadhafi-acabar-dolar-10879132.html>>. Acesso em 04/12/2022

AMORIM, Paulo Henrique. “ABIN identifica as ONGs estrangeiras que boicotam a Belo Monte. Conversa Afiada. Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/politica/2011/07/05/abin-identifica-as-ongs-estrangeiras-que-boicotam-belo-monte>> Acesso em 04/12/2022

BRANDÃO, Márcia e Carla Benevides. Retaliação dos EUA ameaça vigilância da Amazônia. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/28672-retaliacao-dos-eua-ameaca-vigilancia-da-amazonia/> Acesso em 01/03/2023

BUZANELLI, R. AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás - Margem Equatorial: muita desinformação e desvio de foco. Disponível em: <<https://aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/9028-margem-equatorial-muita-desinformacao-e-desvio-de-foco>>. Acesso em: 3 jun. 2023.

CARRASCO, Lorenzo; PALACIOS, Silvia; LUÍS LINO, Geraldo. Uma nação desarmada. Rio de Janeiro: Capax Dei. 2016.p. 69-74.

CARRASCO, Lorenzo; PALÁCIOS, Silvia. A máfia verde: o ambientalismo a serviço do governo mundial. 2001. p. 29-79

CHIES, Vivian. CAR revela dados de preservação no Pará. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/35469948/car-revela-dados-de-preservacao-no-para> Acesso em 02/03/2023 Acesso em 02/03/2023

CRUZ, Leonardo. *A questão do instituto da hileia amazônica em 1950*. Brasil de Fato. Natal. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/10/a->

questao-do-instituto-internacional-da-hileia-amazonica-em-1950. Acesso em 04/12/2022.

COMUNICAÇÃO SOCIAL – SISTEMA FAEP/SENAR-PR. Agro impulsiona economia no campo e na cidade. Disponível em < <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/agro-impulsiona-economia-no-campo-e-na-cidade> > Acesso em 01/04/2023

CORBY, Gerard, DENNETT, Charlotte. Seja feita vossa vontade: Nelson Rockefeller e o evangelismo na idade do petróleo. Rio de Janeiro. 1995. p. 31-43, 105-121, 229-245, 663-673

DA CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Martin Claret. 2005. p. 146-151

DE MIRANDA, Evaristo. O presidente e a Amazônia. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/38999898/artigo---o-presidente-e-a-amazonia/> Acesso em 01/03/2023

EDWARDLUZ. Aldeia Munduruku é atacada e queimada por forças policiais. Disponível em: <<https://segredosdatribu.wordpress.com/2021/06/10/aldeia-munduruku-e-atacada-e-queimada-por-forcas-policiais/>>. Acesso em: 3 jun. 2023.

EMBRAPA TERRITORIAL. Agricultura e preservação ambiental: uma análise do cadastro ambiental rural. Campinas, 2020. Disponível em: < www.embrapa.br/car >. Acesso em: 01/04/2023

EMBRAPA TERRITORIAL. Situação dos incêndios florestais em Roraima: muito fogo e pouca água. Roraima, 2016. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/9542309/artigo---situacao-dos-incendios-florestais-em-roraima-muito-fogo-e-pouca-agua> > Acesso em: 01/04/2023

EMBRAPA TERRITORIAL. Pesquisa relaciona queimadas, desmatamentos e imóveis rurais no bioma da Amazônia. Disponível em < <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/54764727/pesquisa-relaciona-queimadas-desmatamentos-e-imoveis-rurais-no-bioma-amazonia> > Acesso em 01/04/2023

EMBRAPA TERRITORIAL. Agrotóxico, só se for legal. Disponível em < <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/57568336/artigo-agrotoxico-so-se-for-legal> > Acesso em 30/03/2023

EMBRAPA TERRITORIAL. Um novo olhar sobre as emissões da pecuária brasileira. Disponível em < <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/18798638/um-novo-olhar-sobre-as-emissoes-da-pecuaria-brasileira> >

EMBRAPA TERRITORIAL. Soja brasileira tem tecnologia para aumento de produção sem pressão por áreas de florestas. Disponível em <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/58680839/soja-brasileira-tem-tecnologia-para-aumento-de-producao-sem-pressao-por-areas-de-florestas>> Acesso em 01/04/2022

FILIZOLA, H. et al. Monitoramento de agrotóxicos e qualidade das águas em área de agricultura irrigada pesticide and water quality monitoring in irrigated farming area. [s.l: s.n.]Disponível em:<<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/131164/1/2006AA-066.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2023.

Folha de S.Paulo - Diplomacia: Embraer cogita desistir de venda à Venezuela - 21/01/2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2101200610.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

Foz do Amazonas: entenda região disputada pela Petrobras - 25/05/2023 - Ambiente - Folha. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/amp/ambiente/2023/05/foz-do-amazonas-ja-teve-95-pocos-petroliferos-entenda-regiao-disputada-pela-petrobras.shtml>>. Acesso em: 3 jun. 2023.

FRIEDMAN, Shari. Fazendas aqui, florestas lá: o desmatamento tropical e a competitividade dos EUA no setor agrícola e madeireiro. p. 14. Disponível em:<http://www.bernardosantana.com.br/conteudo/artigos/42/Farms-here-forests-there1_PORTUGUÊS-21.pdf> Acesso em: 04/12/2022

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). *Correspondência dos governadores gerais 1663-1667*. Rio de Janeiro, 1928.p. 371.

LOBATO, MONTEIRO. *O escândalo do petróleo e do ferro*. São Paulo, 1972.p. 37-40

MEIRA MATTOS, General. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro. Volume 181. 1980.p. 60, 80-96.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas Menck. *A questão do Rio Pirara*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2009. p. 41, 54, 68, 114, 145, 275 – 279

MONITORAMENTO. MPF: MPF recorre de decisão judicial para impedir construção de estrada entre Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus, no Acre - OBIND. Disponível em: <<http://obind.eco.br/2023/04/13/mpf-mpf-recorre-de-decisao-judicial-para-impedir-construcao-de-estrada-entre-manoel-urbano-e-santa-rosa-do-purus-no-acre/>>. Acesso em: 3 jun. 2023.

PAULINO, Luís Antonio. *A Amazônia, mudanças climáticas e a segurança internacional*. Portal Bonifácio. Disponível em <https://bonifacio.net.br/a-amazonia-mudancas-climaticas-e-a-seguranca-internacional/> Acesso em 04/12/2022

Palestra sobre meio-ambiente com Aldo Rebelo. Disponível em <https://youtu.be/3gKu7tntjgM>. A fala citada ocorre aos 1:36:00 do vídeo.

PERKINS, John. *Confessions of a economic hitman*. London: Ebury Press. 2005.p. 182-184

PESQUISADOR QUE ESTUDOU A FOZ DO AMAZONAS AFIRMA QUE GREENPEACE MANIPULOU DADOS SOBRE A EXISTÊNCIA DE CORAIS | Petronotícias. Disponível em: <<https://petronoticias.com.br/pesquisador-que-estudou-a-foz-do-amazonas-afirma-que-greenpeace-manipulou-dados-sobre-a-existencia-de-coraais/>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

REBELO, Aldo. *Código Florestal: um debate sobre o Brasil*. São Paulo. 2017. p. 25.

REDAÇÃO. A Amazônia em números. Disponível em <https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/a-amazonia-em-numeros/> Acesso em 01/03/2023

REDAÇÃO. Audiência discute intoxicação de alunos de escola em Goiás com agrotóxicos. Disponível em < <https://www.camara.leg.br/noticias/411207-audiencia-discute-intoxicacao-de-alunos-de-escola-em-goias-com-agrotoxicos/> > Acesso em 22/03/2023

REDAÇÃO. STF suspende quebra de sigilo de ONGs determinada pela CPI da FUNAI. Disponível em <https://diariodopoder.com.br/uncategorized/stf-suspende-quebra-de-sigilo-de-ongs-determinada-por-cpi-da-funai/> Acesso em 01/03/2023

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. (p.33)

SILVA, JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Página Viva. p.80

TOSI, Marcos. O que realmente é importante saber sobre resíduos de agrotóxicos em alimentos. Disponível em < <https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/o-que-e-importante-saber-sobre-residuos-de-agrotoxicos-em-alimentos/> > Acesso em 21/03/2023

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto e J.W. Bautista Vidal. *O poder dos trópicos*. São Paulo: Casa Amarela LTDA. 1998. (p. 300-303)

WAINER, Ann Helen. *Legislação ambiental brasileira: subsídios para a história do direito ambiental*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991. (p. 07, 10, 69,70, 83)

WAINER, Ann Helen. *Legislação ambiental brasileira: subsídios para a história do direito ambiental*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991. (p. 37-39)

<https://www.defesanet.com.br/tfbr/noticia/39562/-Queremos-uma-CPI-da-Amazonia-no-Congresso-dos-EUA-/> Acesso em 04/12/2022

https://www.reddit.com/r/brasil/comments/mmpprf/kamala_harris_por_anos_e_gera%C3%A7%C3%B5es_guerras_foram/

<https://amazonasatual.com.br/brasil-nao-tem-militares-suficientes-para-defender-a-amazonia-admite-general/>

<https://pt.org.br/tag/internacional-progressista/>

<https://pt.euronews.com/2021/12/14/russia-veta-resolucao-do-conselho-de-seguranca-da-onu-sobre-o-clima> Acesso em 04/12/2022

<https://www.terra.com.br/amp/noticias/mundo/armenia-diz-a-corte-internacional-que-bloqueio-do-azerbajao-e-limpeza-etnica,2cda1256682c2e3af3768857510e57e2dnj7s93r.html>

<https://amp.france24.com/en/asia-pacific/20230120-thousands-of-armenians-trapped-in-nagorno-karabakh-face-humanitarian-crisis>